EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES COMO ESTRATÉGIA PARA GARANTIR PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR: A FLEXIBILIZAÇÃO PEDAGÓGICA COMO PRÁTICA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

THAMIRIS PAOLLA MORAES PEIXOTO GONÇALVES

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da adaptação de atividades pedagógicas como estratégia para favorecer a inclusão, a participação e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar. A pesquisa parte da compreensão de que a educação inclusiva não se limita ao acesso físico do estudante à escola regular, mas envolve a construção de práticas pedagógicas capazes de reduzir barreiras, respeitar diferenças, valorizar potencialidades individuais e promover condições reais de aprendizagem. O estudo utiliza como método a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em autores que discutem inclusão escolar, prática docente, mediação pedagógica, currículo e desenvolvimento humano, além de documentos legais e orientadores da educação brasileira. Ao longo da reflexão, observa-se que adaptar atividades não significa empobrecer o ensino, reduzir expectativas ou oferecer propostas desconectadas do currículo, mas reorganizar caminhos, tempos, recursos e formas de participação para que cada estudante possa se envolver com o conhecimento de maneira significativa. O artigo discute ainda o papel do professor como mediador, planejador e observador atento das necessidades dos estudantes, destacando a importância da formação continuada, do trabalho colaborativo e do diálogo com a família. As considerações finais indicam que a adaptação de atividades constitui uma prática essencial para a efetivação da educação inclusiva, pois contribui para a participação, a autonomia, o pertencimento e o desenvolvimento dos estudantes. Conclui-se que a escola inclusiva exige compromisso coletivo, planejamento intencional, sensibilidade pedagógica e reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Adaptação pedagógica; Aprendizagem; Prática docente; Necessidades educacionais específicas.

ABSTRACT
This article aims to analyze the importance of adapting pedagogical activities as a strategy to promote inclusion, participation and learning among students with specific educational needs. Based on qualitative bibliographic research, the study discusses inclusive education, teaching practice, curricular flexibility and the teacher's role in reducing barriers to learning. The final considerations indicate that adapted activities do not weaken teaching; instead, they create meaningful opportunities for participation, autonomy and development in a more democratic school environment.

KEY-WORDS: Inclusive education; Pedagogical adaptation; Learning; Teaching practice; Educational needs.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva ocupa lugar central nas discussões educacionais contemporâneas, pois questiona modelos escolares historicamente organizados pela padronização, pela homogeneização das turmas e pela expectativa de que todos os estudantes aprendam da mesma forma e ao mesmo tempo. Ao reconhecer a diversidade como característica própria da condição humana, a perspectiva inclusiva exige que a escola revise suas práticas, seus currículos, suas metodologias e suas formas de avaliação, a fim de garantir que todos tenham acesso ao conhecimento e possam participar das experiências educativas de modo significativo.
Nesse contexto, a adaptação de atividades pedagógicas apresenta-se como uma estratégia necessária para tornar o ensino mais acessível aos estudantes com necessidades educacionais específicas. A escola recebe crianças, adolescentes e jovens com diferentes ritmos de aprendizagem, modos de comunicação, condições motoras, deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades, dificuldades temporárias ou permanentes e histórias de vida diversas. Diante dessa realidade, não basta que o estudante esteja matriculado ou presente fisicamente na sala de aula. A inclusão

somente se concretiza quando ele participa, interage, realiza atividades possíveis, constrói conhecimentos e é reconhecido como sujeito capaz de aprender. A legislação educacional brasileira contribui para sustentar esse debate ao afirmar o direito à educação e ao atendimento das necessidades dos estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional compreende a educação especial como modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996). A Lei Brasileira de Inclusão reforça a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, orientado ao desenvolvimento de talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais (BRASIL, 2015). Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende a participação, a aprendizagem e a continuidade dos estudantes nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2008).

Apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão ainda representa um desafio para muitas instituições escolares. Em diversas situações, os professores reconhecem a importância da inclusão, mas sentem insegurança sobre como adaptar atividades, quais recursos utilizar, como avaliar a aprendizagem e de que maneira manter o estudante participando da rotina da turma. Essa insegurança mostra que a inclusão não depende apenas de boa vontade individual, mas de formação, apoio institucional, planejamento coletivo e compreensão pedagógica sobre o sentido das adaptações.

A adaptação de atividades deve ser entendida como ação pedagógica planejada, e não como improviso ou simplifi-i cação sem critério. Quando o professor adapta uma proposta, ele considera o objetivo de aprendizagem, as possibilidades do estudante, os recursos disponíveis, as barreiras existentes e as formas pelas quais o aluno pode expressar aquilo que compreendeu. Adaptar, nesse sentido, significa criar caminhos alternativos para o acesso ao conhecimento, preservando a intencionalidade educativa e respeitando a singularidade do estudante.

O problema que orienta este artigo é: como a adaptação de atividades pedagógicas pode contribuir para a inclusão e para a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas? A partir dessa questão, busca-se refletir sobre a importância da flexibilização pedagógica como prática de respeito às diferenças e como condição para que a escola cumpra sua função social de formar sujeitos autônomos, participativos e reconhecidos em suas potencialidades.

O objetivo geral do estudo é analisar a importância da adaptação de atividades pedagógicas como estratégia para promover a inclusão, a participação e a aprendizagem dos estudantes no ambiente escolar. Como objetivos específicos, pretende-se compreender o conceito de educação inclusiva, discutir a relação entre adaptação pedagógica e direito à aprendizagem, refletir sobre o papel do professor no processo inclusivo e destacar a relevância da parceria entre escola e família para a construção de práticas mais acessíveis.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre práticas inclusivas no cotidiano escolar. Muitos estudantes enfrentam barreiras que não estão apenas em suas condições individuais, mas também na forma como a escola organiza tempos, espaços, linguagens, conteúdos e avaliações. Assim, a adaptação de atividades representa um caminho possível para reduzir barreiras pedagógicas e favorecer a participação efetiva de todos. Trata-se de uma discussão relevante para professores, gestores, famílias e demais profissionais da educação, pois reforça a ideia de que ensinar exige reconhecer as diferenças e buscar estratégias que tornem a aprendizagem possível.

Quanto à metodologia, este artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A investigação fundamenta-se em autores da área da educação e da inclusão, como Freire, Mantoan, Sassaki, Carvalho e Vygotsky, além de documentos legais e orientadores da educação brasileira. A opção pela pesquisa bibliográfica permite reunir contribuições teóricas para compreender o tema e discutir a adaptação de atividades como prática pedagógica essencial à inclusão escolar.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DIREITO À APRENDIZAGEM

A educação inclusiva parte do princípio de que todos os estudantes têm direito de aprender, conviver e participar da vida escolar. Essa compreensão desloca o foco da deficiência ou da dificuldade individual para a análise das barreiras presentes no ambiente, no currículo, na comunicação, nas relações sociais e nas práticas pedagógicas. Em uma escola inclusiva, a pergunta central deixa de ser se o estudante consegue se adaptar à escola e passa a ser como a escola pode se organizar para acolher, ensinar e valorizar cada estudante.

A ideia de inclusão escolar relaciona-se diretamente ao direito à educação. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Esse princípio amplia a responsabilidade da escola, pois não se trata apenas de oferecer vaga, mas de garantir condições para que a aprendizagem aconteça. A permanência sem participação e sem aprendizagem não caracteriza inclusão plena.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um marco importante ao orientar os sistemas de ensino para garantir acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, além do atendimento educacional especializado quando necessário (BRASIL, 2008). Essa perspectiva reforça que a educação especial não deve ser compreendida como substitutiva da escolarização comum, mas como apoio complementar ou suplementar ao processo educacional. Dessa forma, a escola regular assume o compromisso de ensinar todos os estudantes, articulando recursos e estratégias para reduzir barreiras.

Mantoan (2003) contribui para essa reflexão ao defender que a inclusão provoca mudanças profundas na escola, exigindo revisão de práticas classificatórias, seletivas e excludentes. Para a autora, incluir não significa apenas integrar o estudante à turma, mas transformar a lógica escolar para que a diversidade seja assumida como elemento constitutivo do processo educativo. Essa compreensão é fundamental porque muitas práticas ainda se limitam a inserir o aluno no espaço físico da sala de aula, sem alterar metodologias, materiais ou formas de participação.

Sassaki (1997) também aponta que a inclusão envolve a construção de uma sociedade capaz de modificar seus ambientes para atender às necessidades de todas as pessoas. Aplicada à escola, essa ideia indica que o processo inclusivo não pode depender exclusivamente do esforço do estudante para acompanhar os demais. É a instituição que precisa identificar obstáculos e criar condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal, comunicacional e social. Desse modo, a adaptação de atividades integra um conjunto de ações que tornam a escola mais democrática.

O direito à aprendizagem também se relaciona à Base Nacional Comum Curricular, documento que define aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica e destaca a formação integral como compromisso educacional (BRASIL, 2018). Ao propor competências que envolvem conhecimento, pensamento crítico, comunicação, empatia, responsabilidade e cidadania, a BNCC reforça a necessidade de práticas que considerem diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Assim, a inclusão não pode ser reduzida ao domínio de conteúdos, mas deve envolver a participação do estudante em experiências significativas.

Vygotsky (1991) oferece importante contribuição ao discutir o desenvolvimento humano como processo social e mediador. De acordo com essa perspectiva, a aprendizagem ocorre nas interações com o outro, com a cultura e com os instrumentos simbólicos disponíveis. Isso significa que o estudante não aprende isoladamente, mas a partir das mediações que recebe, das oportunidades de participação e dos apoios oferecidos. Para a educação inclusiva, esse pensamento é relevante porque mostra que as possibilidades de desenvolvimento podem ser ampliadas quando o ambiente escolar oferece mediações adequadas.

Ao considerar a diversidade dos estudantes, a escola precisa compreender que igualdade não significa oferecer exatamente a mesma atividade da mesma forma para todos. Em muitos casos, tratar todos igualmente, sem considerar suas necessidades, pode produzir exclusão. A equidade, por sua vez, exige oferecer recursos e estratégias diferenciadas para que todos tenham condições reais de

participação. Portanto, a adaptação de atividades é uma forma de garantir justiça pedagógica, pois reconhece que os estudantes partem de condições diferentes e necessitam de apoios diversos.
A educação inclusiva também demanda mudança nas atitudes e expectativas dos profissionais da escola. Quando o estudante é visto apenas por suas limitações, corre-se o risco de reduzir suas possibilidades de aprendizagem e participação. Ao contrário, quando o professor reconhece suas potencialidades, torna-se possível construir propostas que valorizem avanços, interesses, formas de expressão e capacidades. A inclusão exige, portanto, um olhar pedagógico que não nega as dificuldades, mas que também não permite que elas definam completamente o sujeito.
Nesse sentido, o direito à aprendizagem precisa ser compreendido como direito a experiências escolares significativas. O estudante com necessidades educacionais específicas deve participar das atividades da turma, ter acesso aos conteúdos, interagir com os colegas, expressar suas compreensões e receber apoio para avançar. A adaptação pedagógica torna-se, então, uma das estratégias que permite transformar o direito formal em prática concreta no cotidiano da escola.

A ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

A adaptação de atividades é uma estratégia pedagógica que busca ajustar propostas de ensino às necessidades, possibilidades e formas de aprendizagem dos estudantes. Ela não deve ser compreendida como redução inadequada do conteúdo, privilégio ou facilitação sem objetivo. Pelo contrário, trata-se de uma ação planejada, que mantém a intencionalidade educativa e reorganiza os meios pelos quais o estudante acessa, participa e demonstra sua aprendizagem.
Para que a adaptação seja coerente, o professor precisa partir do objetivo da atividade. Antes de modificar uma proposta, é necessário perguntar o que se pretende ensinar, qual habilidade se deseja desenvolver e quais barreiras impedem determinado estudante de participar. A partir dessa análise, torna-se possível escolher estratégias adequadas, como uso de imagens, materiais concretos, recursos tecnológicos, apoio visual, flexibilização do tempo, mediação oral, registro por desenhos, respostas por apontamento, atividades em dupla ou participação por meio de fotografias e relatos.
A flexibilização pedagógica está diretamente relacionada à compreensão de que os estudantes aprendem de maneiras diferentes. Alguns necessitam de apoio visual para compreender uma instrução; outros precisam manipular objetos para construir sentido; há aqueles que apresentam comprometimentos motores e não conseguem realizar registros escritos longos; outros podem compreender o conteúdo, mas necessitam de formas alternativas para expressar o que aprenderam. Em todos esses casos, a adaptação permite que o foco permaneça na aprendizagem, e não na barreira.
Carvalho (2004) destaca que uma escola inclusiva precisa rever práticas pedagógicas e organizar respostas educacionais capazes de atender às diferenças. Essa revisão envolve planejamento, recursos, avaliação e relações estabelecidas no cotidiano escolar. Quando o professor adapta uma atividade, ele reconhece que a proposta original pode não ser acessível a todos e assume a responsabilidade de criar novas possibilidades de participação. Isso não significa retirar o estudante do percurso da turma, mas aproximá-lo do objetivo pedagógico por caminhos mais adequados.
Um exemplo de adaptação ocorre quando uma atividade escrita é transformada em atividade oral ou visual para um estudante que apresenta dificuldade motora significativa. O objetivo pode continuar sendo compreender determinado conteúdo, identificar elementos de uma história, relacionar imagens ou expressar uma ideia. A diferença está na forma de resposta. Em vez de exigir cópia extensa, o professor pode permitir que o estudante escolha figuras, aponte alternativas, grave áudio, dite respostas ou participe de uma conversa mediada. Dessa forma, avalia-se a aprendizagem, e não a capacidade motora de escrever.
Outro exemplo envolve atividades que exigem produto final, como maquetes, brinquedos, cartazes ou registros manuais. Para alguns estudantes, a participação no processo pode ser mais importante do que a entrega de um produto acabado. A família pode registrar a ex-

periência por fotos, vídeos ou relatos, e a escola pode valorizar o envolvimento, a exploração dos materiais, a comunicação, a interação e as tentativas realizadas. Essa postura amplia o conceito de aprendizagem e reconhece que o processo também revela desenvolvimento.

As adaptações podem envolver diferentes dimensões. A primeira diz respeito ao acesso ao conteúdo, incluindo linguagem mais clara, uso de imagens, objetos, recursos audiovisuais, leitura compartilhada e explicações em etapas. A segunda refere-se à forma de participação, permitindo que o estudante realize a atividade individualmente, em dupla, com apoio de colega, com auxílio de adulto ou por meio de recursos alternativos. A terceira envolve o tempo, considerando que alguns estudantes precisam de maior duração para compreender, responder ou concluir a proposta. A quarta dimensão está relacionada à avaliação, que deve considerar os objetivos, os avanços e as formas possíveis de expressão.

É importante ressaltar que a adaptação não deve isolar o estudante. Em algumas situações, na tentativa de ajudar, a escola oferece uma atividade completamente desconectada do que a turma está realizando. Quando isso acontece de forma frequente e sem planejamento, o estudante pode ser fisicamente incluído, mas pedagogicamente separado. A adaptação precisa buscar vínculos com o conteúdo coletivo, permitindo que o aluno participe da mesma temática, ainda que por meio de tarefas diferenciadas ou com níveis distintos de complexidade.

A adaptação também não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do professor da sala comum. Embora ele tenha papel central no planejamento, a construção de práticas inclusivas pode envolver o professor do atendimento educacional especializado, a coordenação pedagógica, a gestão escolar, a família e outros profissionais. O trabalho colaborativo permite compreender melhor as necessidades do estudante, selecionar recursos mais adequados e acompanhar os avanços de maneira mais consistente.

Freire (1996) contribui para esse debate ao afirmar a importância de uma prática docente ética, crítica e comprometida com os sujeitos. Ensinar, nessa perspectiva, não é transferir conhecimento de maneira mecânica, mas criar possibilidades para sua produção ou construção.

A adaptação de atividades dialoga com essa concepção porque o professor deixa de aplicar propostas rígidas e passa a construir caminhos para que o estudante participe ativamente do processo de aprendizagem.

A prática de adaptação também exige avaliação contínua. Nem toda adaptação produzirá os resultados esperados na primeira tentativa. O professor precisa observar se o estudante conseguiu compreender a proposta, se participou com interesse, se o recurso utilizado foi funcional, se houve avanço em relação ao objetivo e se novas modificações são necessárias. A inclusão é um processo dinâmico, que demanda reflexão constante e disposição para rever estratégias.

Outro aspecto relevante é a valorização da autonomia. Adaptar não significa fazer pelo estudante, mas oferecer apoios para que ele consiga realizar aquilo que é possível com maior independência. Em alguns casos, o apoio será mais intenso; em outros, será progressivamente reduzido. O objetivo é favorecer participação, segurança e desenvolvimento. Quando a adaptação é bem planejada, ela não substitui a ação do aluno, mas amplia suas condições de agir, escolher, comunicar e aprender.

A adaptação de atividades, portanto, deve ser entendida como prática de equidade. Ela demonstra que a escola reconhece as diferenças e se compromete com o direito de todos à aprendizagem. Ao planejar propostas acessíveis, o professor contribui para que o estudante se sinta pertencente ao grupo, perceba suas próprias capacidades e tenha oportunidades reais de desenvolvimento. Assim, a adaptação torna-se uma estratégia pedagógica essencial para transformar a inclusão em experiência concreta.

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

O professor ocupa papel fundamental na construção de práticas inclusivas, pois é ele quem organiza grande parte das experiências de aprendizagem vividas pelos estudantes no cotidiano da sala de aula. Sua atuação envolve planejamento, observação, mediação, avaliação e diálogo com diferentes sujeitos. Na educação inclusiva, o professor é chamado a abandonar a ideia de turma homogênea e a reconhecer que ensinar exige lidar com múltiplas formas de aprender, participar

e se expressar.
A prática docente inclusiva começa pela observação atenta. Antes de adaptar uma atividade, o professor precisa conhecer o estudante: suas formas de comunicação, seus interesses, suas dificuldades, suas habilidades, os recursos que favorecem sua participação e as situações que geram maior barreira. Essa observação não deve ter caráter classificatório ou limitador, mas pedagógico. O objetivo é compreender como o estudante aprende para organizar intervenções mais adequadas.
Além de observar, o professor precisa planejar. A inclusão não se efetiva por improviso permanente. Embora muitas soluções surjam no cotidiano, é necessário que o planejamento considere antecipadamente a diversidade da turma. Isso envolve prever recursos visuais, oferecer diferentes formas de registro, organizar atividades com variados níveis de complexidade, propor momentos de colaboração entre estudantes e pensar em avaliações compatíveis com os objetivos de aprendizagem. Quanto mais inclusivo for o planejamento inicial, menor será a necessidade de adaptações emergenciais.
A mediação pedagógica também é central. Com base em Vygotsky (1991), compreende-se que o desenvolvimento ocorre nas interações sociais e que o apoio do outro pode ampliar as possibilidades de aprendizagem. O professor, nesse sentido, atua como mediador entre o estudante e o conhecimento, oferecendo pistas, orientações, recursos e situações de interação. Essa mediação precisa respeitar o nível de desenvolvimento do aluno, mas também desafiá-lo a avançar.
Outro elemento importante é a formação docente. Muitos professores relatam não se sentirem preparados para trabalhar com estudantes com necessidades educacionais específicas. Essa sensação revela a importância da formação continuada, tanto no campo teórico quanto no campo prático. A formação não deve ser limitada a diagnósticos, mas precisa abordar estratégias pedagógicas, acessibilidade curricular, avaliação, comunicação alternativa, trabalho colaborativo e construção de atitudes inclusivas.
A prática inclusiva exige ainda sensibilidade para avaliar. A avaliação tradicional, muitas vezes centrada em provas escritas e resultados padronizados, pode não revelar adequadamente o desenvolvimento de todos os estudantes. Em uma perspectiva inclusiva, avaliar significa acompanhar processos, reconhecer avanços, identificar necessidades de apoio e reorganizar o ensino. O estudante pode demonstrar aprendizagem por meio de fala, gesto, desenho, escolha de imagens, montagem de objetos, participação em grupo ou outros registros possíveis.
O professor também contribui para a construção de uma cultura de respeito entre os colegas. A inclusão não depende apenas da relação entre professor e estudante com necessidades específicas, mas envolve toda a turma. Ao promover atividades cooperativas, valorizar diferentes formas de participação e combater atitudes discriminatórias, o docente ajuda a construir um ambiente em que as diferenças sejam compreendidas como parte da convivência. Esse aspecto social da inclusão é tão importante quanto o aspecto curricular.
A relação com a gestão escolar é outro ponto necessário. O professor precisa de apoio institucional para desenvolver práticas inclusivas. Isso inclui tempo para planejamento, acesso a materiais, orientação pedagógica, articulação com o atendimento educacional especializado e diálogo com a família. Quando a inclusão é tratada como responsabilidade individual do professor, corre-se o risco de sobrecarga e fragilidade nas ações. Quando é assumida como compromisso coletivo da escola, as possibilidades de sucesso aumentam.
A prática docente inclusiva também requer humildade pedagógica. Nem sempre o professor saberá imediatamente qual estratégia utilizar. Em muitos casos, será preciso experimentar, ouvir a família, dialogar com outros profissionais, observar a resposta do estudante e ajustar a proposta. Essa postura investigativa fortalece o trabalho docente, pois transforma a dificuldade em oportunidade de aprendizagem profissional.
Portanto, o papel do professor na educação inclusiva vai além da aplicação de conteúdos. Ele atua como mediador, planejador, pesquisador de sua prática e defensor do direito de aprender. Ao adaptar atividades com intencionalidade, o professor cria condições para que o

estudante participe, avance e seja reconhecido em suas potencialidades. Assim, sua ação pedagógica torna-se decisiva para que a inclusão deixe de ser apenas princípio legal e se torne experiência cotidiana.

A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A parceria entre escola e família é um elemento indispensável para a efetivação da educação inclusiva. A família conhece aspectos importantes da história, da rotina, das preferências, das dificuldades e das potencialidades do estudante. A escola, por sua vez, possui conhecimentos pedagógicos e responsabilidade na organização das experiências de aprendizagem. Quando esses dois espaços dialogam, torna-se possível construir práticas mais coerentes, respeitosas e adequadas às necessidades do aluno.

No processo de adaptação de atividades, a comunicação com a família pode oferecer informações essenciais. Alguns estudantes apresentam formas específicas de comunicação, interesses que favorecem o engajamento ou necessidades de apoio que a família já conhece. Ao escutar os responsáveis, o professor pode compreender melhor como propor atividades, quais materiais utilizar, quais limites respeitar e como valorizar a participação da criança ou do adolescente.

Essa parceria, entretanto, não deve transferir para a família a responsabilidade que pertence à escola. A família pode colaborar, registrar processos, oferecer informações e apoiar a rotina, mas cabe à instituição escolar planejar pedagogicamente, avaliar e garantir condições de aprendizagem. Em atividades enviadas para casa, por exemplo, é importante que a escola oriente de maneira clara, acolhedora e possível, evitando exigências que gerem sofrimento ou reforcem desigualdades.

A flexibilização de tarefas domiciliares pode ser uma estratégia relevante. Em vez de exigir um produto final idêntico ao dos demais estudantes, a escola pode permitir registros fotográficos, relatos escritos pela família, participação parcial, exploração de materiais ou devolutivas orais. Essa postura demonstra respeito ao processo do estudante e reconhece que a aprendizagem pode aparecer em diferentes formas de envolvimento.

O diálogo com a família também contribui para fortalecer o pertencimento. Quando os responsáveis percebem que a escola reconhece as necessidades do estudante e busca caminhos para incluí-lo, a relação tende a se tornar mais confiante. Essa confiança favorece a continuidade das ações, a troca de informações e a construção de uma rede de apoio em torno do estudante.

Além da família, a escola pode dialogar com profissionais que acompanham o estudante, quando houver autorização e necessidade. Terapeutas, psicopedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas ou outros especialistas podem oferecer orientações importantes, mas essas contribuições precisam ser articuladas ao projeto pedagógico da escola. O olhar clínico não substitui o olhar pedagógico; ambos podem dialogar para favorecer o desenvolvimento do estudante.

A parceria entre escola e família, portanto, deve ser compreendida como relação de corresponsabilidade. Cada parte tem funções próprias, mas ambas compartilham o compromisso com o desenvolvimento do estudante. Quando há diálogo respeitoso e planejamento conjunto, a adaptação de atividades torna-se mais significativa e alinhada às reais necessidades do aluno.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica é adequada quando o objetivo é analisar contribuições teóricas já produzidas sobre determinado tema, permitindo compreender conceitos, relacionar ideias e construir uma reflexão fundamentada. Neste artigo, a opção por esse método justifica-se pela intenção de discutir a adaptação de atividades pedagógicas a partir de autores e documentos que tratam da educação inclusiva, do direito à aprendizagem e da prática docente.

A abordagem qualitativa foi escolhida porque o estudo não busca quantificar dados ou medir resultados estatísticos, mas compreender significados, relações e implicações pedagógicas. A inclusão escolar envolve dimensões humanas, sociais, culturais e institucionais que exigem interpretação e análise crítica. Dessa forma, a pesquisa qualitativa permite refletir sobre como as adaptações pedagógicas contribuem para a participação

dos estudantes e para a construção de uma escola mais acessível.
O caráter exploratório está relacionado à necessidade de ampliar a compreensão sobre o tema e identificar aspectos relevantes para a prática educacional. A pesquisa explora conceitos como educação inclusiva, adaptação pedagógica, flexibilização curricular, mediação docente, avaliação e parceria entre escola e família. Esses elementos são discutidos a partir de referenciais teóricos e documentos oficiais da educação brasileira. Foram considerados como materiais de estudo livros de autores reconhecidos na área da educação e da inclusão, como Freire, Mantoan, Sassaki, Carvalho e Vygotsky, além de documentos legais e orientadores, entre eles a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão e a Base Nacional Comum Curricular. A seleção desses materiais ocorreu em razão de sua relevância para a compreensão do direito à educação e das práticas inclusivas.
A análise foi realizada por meio de leitura, organização e interpretação das ideias principais dos autores e documentos selecionados. Em seguida, os conceitos foram relacionados ao problema de pesquisa, buscando compreender de que forma a adaptação de atividades pode favorecer a inclusão e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve aplicação de instrumentos de coleta de dados em campo, entrevistas ou questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada permite afirmar que a adaptação de atividades pedagógicas é uma estratégia relevante para a efetivação da educação inclusiva. Os autores e documentos estudados apontam que a inclusão não pode ser reduzida à matrícula do estudante na escola regular. É necessário garantir condições de participação, aprendizagem, convivência e desenvolvimento. Nesse sentido, adaptar atividades significa transformar a prática pedagógica para que o estudante tenha acesso real ao conhecimento.
Um dos principais resultados da discussão é a compreensão de que a barreira à aprendizagem nem sempre está no estudante. Muitas vezes, a barreira está na forma como a atividade é proposta, no material utilizado, no tempo previsto, na linguagem empregada ou na maneira de avaliar. Quando a escola reconhece essas barreiras, torna-se possível reorganizar a atividade sem abandonar o objetivo pedagógico. Essa mudança de perspectiva é essencial para uma prática inclusiva.
A literatura também evidencia que a adaptação deve estar relacionada ao currículo e aos objetivos de aprendizagem. Atividades adaptadas não devem ser tarefas aleatórias, infantilizadas ou desconectadas da proposta da turma. O estudante tem direito de participar do mesmo contexto educativo, ainda que necessite de recursos, apoios ou formas diferentes de resposta. Essa relação com o currículo evita que a adaptação se transforme em exclusão disfarçada.
Outro ponto discutido refere-se ao papel do professor. A pesquisa mostra que o professor é um mediador fundamental, mas não deve estar sozinho. A inclusão exige apoio da gestão, formação continuada, colaboração com o atendimento educacional especializado e diálogo com a família. Quando há trabalho coletivo, as adaptações tendem a ser mais consistentes e menos dependentes de improvisações individuais.
Observa-se ainda que a adaptação de atividades favorece não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também a autoestima, a autonomia e o pertencimento do estudante. Quando o aluno consegue participar da proposta, percebe-se como parte do grupo e reconhece suas capacidades. Esse aspecto é importante porque a exclusão escolar não ocorre apenas quando o estudante está fora da escola, mas também quando está presente e não consegue participar das experiências oferecidas.
A discussão também indica que a avaliação precisa acompanhar a lógica inclusiva. Se a atividade é adaptada, a avaliação deve considerar o objetivo, o processo e a forma de expressão possível para o estudante. Avaliar apenas por um padrão único pode invisibilizar avanços significativos. Portanto, a avaliação inclusiva deve observar progressos, participação, autonomia, comunicação e desenvolvimento em relação às possibilidades do aluno.

Outro resultado relevante é a importância da parceria com a família. A família pode contribuir com informações sobre a rotina, interesses e formas de comunicação do estudante, além de colaborar em atividades domiciliares quando orientada de maneira adequada. Entretanto, a responsabilidade pedagógica permanece com a escola. A parceria deve fortalecer o processo inclusivo, e não transferir obrigações de ensino aos responsáveis.
A análise permite compreender que a adaptação de atividades não é prática excepcional, destinada apenas a alguns estudantes. Ela revela uma postura pedagógica mais ampla, capaz de beneficiar toda a turma. Recursos visuais, instruções mais claras, uso de materiais concretos, atividades colaborativas e diferentes formas de registro podem favorecer diversos estudantes, inclusive aqueles que não possuem diagnóstico formal, mas apresentam dificuldades em determinados momentos da escolarização.
Dessa forma, os resultados da pesquisa reforçam que adaptar atividades é uma ação pedagógica intencional, ética e necessária. A escola inclusiva não se constrói pela uniformidade, mas pela capacidade de reconhecer diferenças e organizar respostas educativas adequadas. A adaptação, quando bem planejada, torna-se instrumento de equidade e contribui para que o direito à aprendizagem se realize no cotidiano escolar.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar a importância da adaptação de atividades pedagógicas como estratégia para promover a inclusão, a participação e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas. A partir da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível compreender que a educação inclusiva exige mais do que o acesso à matrícula ou a presença física do estudante na escola regular. Ela requer condições concretas para que todos possam participar, interagir, aprender e desenvolver suas potencialidades.
A discussão mostrou que a adaptação de atividades não deve ser entendida como diminuição da qualidade do ensino, facilitação sem critério ou substituição do currículo. Ao contrário, adaptar significa reorganizar caminhos pedagógicos para que o estudante tenha acesso ao objetivo de aprendizagem de maneira possível e significativa. Trata-se de uma prática que envolve planejamento, observação, mediação, avaliação e sensibilidade diante das diferenças.
Também se conclui que o professor exerce papel essencial nesse processo. Sua atuação como mediador e planejador permite identificar barreiras, selecionar recursos, propor estratégias e acompanhar avanços. No entanto, a inclusão não pode depender apenas do esforço individual do docente. É necessário que a escola assuma coletivamente o compromisso com a inclusão, oferecendo apoio pedagógico, formação continuada, recursos acessíveis e espaços de diálogo entre os profissionais.
A parceria com a família revelou-se igualmente importante. O diálogo entre escola e responsáveis contribui para compreender melhor o estudante, suas necessidades, interesses e possibilidades de participação. Quando essa relação ocorre de forma respeitosa, fortalece-se uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento e a aprendizagem. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que a responsabilidade pela organização pedagogica das atividades pertence à escola.
Diante do problema de pesquisa proposto, conclui-se que a adaptação de atividades contribui para a inclusão e aprendizagem porque reduz barreiras, amplia formas de participação, valoriza diferentes maneiras de expressão e permite que o estudante se envolva com o conhecimento de acordo com suas possibilidades. Essa prática fortalece a autonomia, o pertencimento e a autoestima, além de promover uma escola mais justa e democrática.
Por fim, considera-se que a educação inclusiva é um processo permanente, que exige reflexão, compromisso e transformação das práticas escolares. Adaptar atividades é uma das formas de materializar o direito à aprendizagem no cotidiano da sala de aula. Assim, a escola que adapta, flexibiliza e acolhe não reduz expectativas; ela amplia oportunidades e reafirma que todos os estudantes são capazes de aprender quando encontram mediações adequadas, respeito às diferenças e condições reais de participação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.